

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
Faculdade de Direito

PROVA ESCRITA DE DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO

Chamada Ordinária

21.01.2013

Duração da prova: 2 h 30 m

I

Admita que Maria, residente em Oeiras, é enfermeira num Hospital público daquela cidade, tendo completado, em 04.09.2012, 65 anos de idade. Em 23.09.2012, Maria apresentou, junto da Caixa Geral de Aposentações (CGA), o seu pedido de aposentação. Por ofício datado de 13.11.2012, a CGA notificou Maria da sua intenção de indeferir o requerimento por ela apresentado, estabelecendo um prazo de 10 dias úteis para ela se pronunciar sobre este projeto de decisão. Maria entendeu nada fazer perante essa notificação.

Diga se Maria pode, hoje, dirigir-se aos tribunais administrativos para fazer valer a sua pretensão de obter a aposentação e, em qualquer caso, indique o pedido e a forma de processo que ela deveria utilizar, pronunciando-se sobre os respetivos pressupostos processuais.

II

1. Imagine que o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa lançou um concurso público para a celebração de um contrato de prestação de serviços de limpeza das suas instalações. Suponha que a sociedade A, com sede em Aveiro, pretendendo participar no concurso, considera que a cláusula do programa do concurso que estabelece os critérios de avaliação das propostas é ilegal, pelo que pretende assegurar que o concurso não avança apesar dessa ilegalidade. Indique o pedido ou pedidos que ela deve deduzir junto dos tribunais administrativos e a forma ou formas processuais a utilizar para o efeito.

2. Imagine que a referida empresa A optou por participar no concurso sem reagir contra a referida cláusula do programa do concurso, na esperança de vir, apesar de tudo, a obter a adjudicação. Sucede, porém, que, em 15 de dezembro de 2012, foi notificada da decisão de adjudicação à empresa B. Inconformada, a empresa A pretende hoje reagir junto dos tribunais administrativos contra esta decisão, que considera ilegal, por entender que, aplicando a cláusula ilegal do programa do concurso, o júri avaliou ilegalmente a sua proposta. Diga que conduta processual deve adotar ^{o caso pressuposto A} ~~Isabel~~, identificando o pedido que, em defesa dos seus interesses, ela deve deduzir junto dos tribunais administrativos e a forma processual a utilizar e pronuncie-se sobre os correspondentes pressupostos processuais.

III

Suponha que, em 08.09.2012, Isabel, que tem um contrato de trabalho no exercício de funções públicas com o Estado e exerce funções no Ministério da Educação, foi notificada de um despacho do Diretor Geral do Ensino Superior que determinava que os seus serviços fossem dispensados a partir do dia 22 do mesmo mês. Surpreendida por tal decisão, Isabel interpôs de imediato recurso hierárquico do despacho para o Ministro da Educação, mas não obteve até hoje qualquer resposta. Diga que conduta processual deve adotar Isabel, identificando o pedido que, em defesa dos seus interesses, ela deve deduzir junto dos tribunais administrativos e a forma processual a utilizar, e pronuncie-se sobre os pressupostos processuais relativos ao objeto do processo.

Cotações: I – 6 valores;

II – 1 - 3 valores; 2 - 6 valores;

III – 5 valores